



INFORMAÇÕES PESSOAIS:

Nome:	Marcela M ^a Furst
Qualificação:	Advogada Especialista em Direito de Família
Currículo:	Advogada especialista em Direito das Famílias. Palestrante e Escritora. - Presidente da Comissão de Direito de Família da Subseção de Taguatinga da OAB/DF. - Presidente da Comissão do Advogado de Família do IBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família do Distrito Federal. - Membro do IADF - Instituto dos Advogados do Distrito Federal. - Membro da ABMCJ/DF - Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica do Distrito Federal.

CURSO:

Título geral do curso:	O direito à pensão alimentícia e seus aspectos teóricos e práticos.
------------------------	---



AULA 1:

Título_Aula 1:	Aspectos gerais da pensão alimentícia
Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Direito de Família. Rolf Madaleno. 8ª Edição. Editora Forense.2. Dicionário de Direito de Família e Sucessões. Rodrigo da Cunha Pereira. 2ª Edição. Editora Saraiva Jur.3. Manual de Direito das Famílias. Maria Berenice Dias. 10ª Edição. Revista dos Tribunais.4. Direito de Família Contemporâneo. Conrado Paulino. 7ª Edição. Editora Jus Podivm.



Resumo final:	Possibilidade jurídica do pedido. Requisitos. Natureza da obrigação. Rito processual.
Quiz:	<p>1. A quem é devido o pagamento de pensão alimentícia?</p> <p>a) os parentes, os cônjuges ou companheiros, quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção.</p> <p>b) os parentes e os cônjuges quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção.</p> <p>c) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, não sendo extensivo aos ascendentes.</p> <p>d) Se um dos cônjuges separados judicialmente vier a necessitar de alimentos, não será o outro obrigado a prestá-los.</p> <p>2. Quando o genitor ou genitora é servidor público ou tem carteira assinada, o quê a jurisprudência determina como forma de fixação de alimentos?</p> <p>a) sobre o percentual de 30% da remuneração, com desconto no contracheque;</p> <p>b) sobre o salário mínimo;</p> <p>c) in natura;</p>



d) em percentual, sobre a remuneração, com desconto no contracheque, na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

3. Da decisão que determina o pagamento de pensão alimentícia, cabe revisão futura?

a) apenas para majoração por parte do alimentado;

b) sim, havendo fato superveniente da possibilidade do alimentante e da necessidade do alimentado;

c) não, os alimentos são definitivos.

AULA 2

Título_Aula 2:

Dos alimentos entre pais e filhos.



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:2. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:3. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:



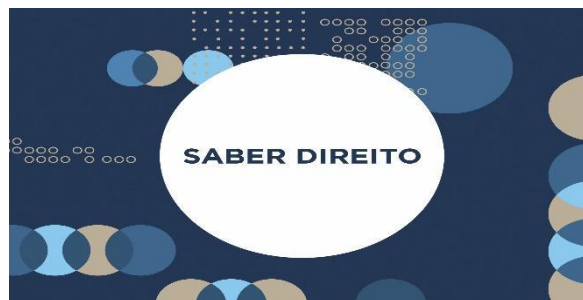
<p>Resumo final:</p>	<p>Obrigação alimentar recíproca familiar.</p>
<p>Quiz:</p>	<p>1. Um pai idoso tem 3 filhos, como será feito o pagamento de pensão alimentícia?</p> <p>a) A obriga�o alimentar � solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.</p> <p>b) Se o filho demandado a pagar a pensão para o pai, não tiver condi�es de pagar, não poderá chamar os irmãos para integrar a lide.</p> <p>c) Não � dever da família, mas sim do Estado, a obriga�o de garantir o direito � alimenta�o, da pessoa idosa.</p> <p>d) O idoso pode renunciar o direito a alimentos dos filhos, buscando benefício assistencial junto ao governo.</p> <p>2. São devidos alimentos gravídicos, conforme Lei 11.804/08. Estes alimentos compreenderão:</p> <p>a) Os valores suficientes para cobrir apenas a alimenta�o da gestante.</p>



- b) Os valores suficientes para cobrir apenas as despesas médicas de pré-natal.
 - c) Os valores suficientes para cobrir as despesas do parto.
 - d) Os valores suficientes para cobrir as despesas referente ao período de gravidez, da concepção ao parto, inclusive alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, além de outras que o juiz considere pertinentes.**
3. Para fixação de alimentos de pais para filhos. Há requisitos a serem verificados. Quais são eles, conforme doutrina e jurisprudência?
- a) a necessidade do alimentado e a possibilidade do alimentante;
 - b) o número de filhos e a idade de cada um;
 - c) a necessidade do alimentado, a possibilidade do alimentante e a proporcionalidade de pagamento entre os genitores.**
 - d) a guarda estabelecida entre os genitores.

AULA 3:

Título_Aula 3:	Dos alimentos entre ex-cônjuges e ex-companheiros.
----------------	--



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:2. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:3. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:



<p>Resumo final:</p>	<p>Princípio da solidariedade. A pensão e o tempo.</p>
<p>Quiz:</p>	<p>1. Em uma situação hipotética em que Carlos e Maria, viviam em união estável por 5 anos, e resolvem se divorciar. Maria tem 30 anos, curso superior, sem filhos, mas não trabalhava nos últimos 5 anos. Ela terá direito à receber pensão de Carlos?</p> <p>a) Não, a união estável não gera direito à verba alimentar.</p> <p>b) Não, Maria se não tem condições de se manter à própria manutenção, deverá pedir ao pais.</p> <p>c) Sim, sem prazo definido.</p> <p>d) Sim, com prazo definido em tempo razoável para que retorne ao mercado de trabalho.</p> <p>2. No caso de mulher que sofre violência doméstica e faz a denúncia do seu companheiro ou marido, no juizado de violência doméstica, ela pode requerer alimentos, nos termos da Lei Maria da Penha?</p> <p>a) Sim, no juizado de violência doméstica, de forma provisória, dando continuidade na vara de família.</p>



b) Não, pois a denúncia deu causa ao divórcio/dissolução da união estável.

c) Não, tem que entrar com pedido na vara de família.

d) Sim, desde que a mesma saia de casa.

3. De acordo com a natureza dos alimentos compensatórios, a sua exoneração se dará:

a) na forma da Súmula 358 do STJ, com o devido processo legal.

b) de forma automática ao final do tempo fixado.

c) à pedido do(a) alimentante.

d) à pedido do quando houver fato superveniente à condição do alimentante e/ou do alimentado.

AULA 4:

Título_Aula 4:

Dos alimentos para PCD e a execução de alimentos



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:2. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:3. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:



<p>Resumo final:</p>	<p>Prisão civil. Penhora de bens.</p>
<p>Quiz:</p>	<p>1. No caso de alimentos pagos por pais para filhos com deficiência intelectual, eles serão devidos até quando?</p> <ul style="list-style-type: none">a) 18 anos de idade.b) 24 anos de idade desde que estudando.c) 40 anos de idade.d) sem prazo de término. <p>2. De acordo com o Código de Processo Civil, a prisão civil do devedor de pensão alimentícia será no regime:</p> <ul style="list-style-type: none">a) abertob) fechadoc) semiabertod) não é possível a prisão civil no Brasil.



3. No caso de não pagamento da pensão alimentícia, o credor poderá ingressar com pedido de prisão civil do devedor. Quais são os débitos que autorizam a prisão civil do alimentante?

a) o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

b) o que compreende 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

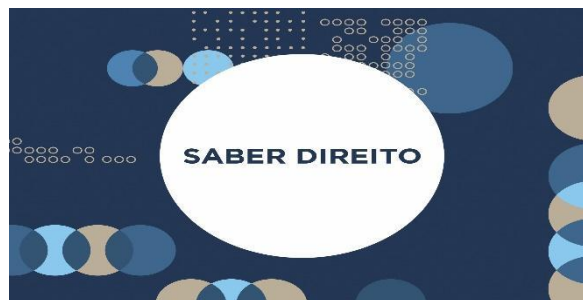
c) o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução.

d) o que compreende 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução.

AULA 5:

Título_Aula 5:

Abandono afetivo



Bibliografias:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:2. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:3. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:
Resumo final:	



Quiz:

1. Qual a consequência para o abandono material, caracterizado no artigo 244 do Código Penal?
 - a) pagamento de indenização cível;
 - b) prisão civil;
 - c) pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País;
 - d) pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País;**

2. O quê caracteriza o abandono afetivo?
 - a) quando o genitor deixa de pagar pensão alimentícia;
 - b) a omissão de cuidado, de criação, de educação, de companhia e de assistência moral, psíquica e social que o pai e a mãe devem ao filho quando criança ou adolescente;**
 - c) quando o genitor pratica atos de alienação parental.



--	--

PERGUNTAS DE ESTUDANTES



Perguntas:

Coloque aqui perguntas diretas que estudantes possam fazer ao longo das aulas.

Aula 1:

- 1.
- 2.
- 3.

Aula 2:

- 1.
- 2.
- 3.

Aula 3:

- 1.
- 2.
- 3.

Aula 4:

- 1.
- 2.
- 3.

Aula 5:

- 1.
- 2.
- 3.

RESUMO GERAL:



Tema geral da aula:	
Tema de cada aula:	Aula 1: Aula 2: Aula 3: Aula 4: Aula 5:
Bibliografias utilizadas:	<ol style="list-style-type: none">1. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano: 2. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano: 3. Título: Autor: Editora: Cidade de publicação: Ano:

